


TEMPO LIVRE: AGONIA CONCEITUAL E IMPOSSIBILIDADE EPISTÊMICA

Recebido em: 17/05/2023

Aprovado em: 27/06/2023

Licença: 

*Jean Henrique Costa*¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Mossoró – RN – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8091-2418>

*Raoni Borges Barbosa*²

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Recife – PE – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2437-3149>

*André Riani Costa Perinotto*³

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Parnaíba – PI – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7094-3758>

RESUMO: Neste ensaio revisitamos uma problemática básica presente na confluência entre as sociologias do lazer e do trabalho, isto é, de que o tempo livre estaria acorrentado ao tempo de trabalho. Lembramos que são conhecidas as distinções conceituais sobre as atividades liberadas dos tempos do trabalho e as atividades exercidas por prazer no tempo livre. Assim, neste escrito partimos da premissa crítica de que no atual capitalismo global não podemos isolar as esferas do tempo social cotidiano do tempo social do trabalho. Destacamos a transição do tempo livre de caráter fordista para o tempo livre de caráter toyotista, cuja face neoliberal assumiu uma forma extremamente perversa, conjugando uma agenda sistemática de privatização das instâncias de socialização das tensões e contingências da vida coletiva, de flexibilização dos constrangimentos, de exploração do Trabalho pelo Capital e de desregulação generalizada do Mercado. Direitos Trabalhistas perdidos, desemprego estrutural, instabilidade biográfica e consumismo narcísico parelham a trajetória das massas atomizadas de trabalhadores multi-tarefeiros e proativos, eternamente ocupados e

¹ Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Cientista Social. Doutor em Ciências Sociais. Pós-Doutorado (UACJ, México).

² Pesquisador Bolsista DCR-CNPq/FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí). Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

³ Doutor em Ciências da Comunicação (UNISINOS/RS). Professor Associado do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar. Professor Permanente do Mestrado em Turismo da UFPR. Professor Permanente do Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos da UECE. DIRETOR (2020-2023) da ABRATUR (International Academy for the Development of Tourism Research in Brazil - Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil).

envolvidos em modo *full-time*. Concluímos, pois, que o tempo livre, sempre inscrito em coerção ideológica, agora é destroçado perante uma sociedade da performance e do cansaço, que não dorme e que está eternamente ocupada.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Tempo Livre. Atividades de lazer. Ideologia.

FREE TIME: CONCEPTUAL AGONY AND EPISTEMIC IMPOSSIBILITY

ABSTRACT: In this essay we revisit and discuss a basic problem at the confluence between the sociologies of leisure and the sociologies of work, that is, that the free time would be chained to the work time. We recall that are known the conceptual distinctions about the activities released from the time of work and the activities exercised for pleasure in the free time. Thus, in this writing we start from the critical premise that in the current global capitalism we cannot isolate the spheres of everyday social time from the social time of work. We highlight the transition from free time of a Fordist character to free time of a Toyotist character, whose neoliberal face has assumed an extremely perverse form, combining a systematic agenda of privatization of the instances of socialization of the tensions and contingencies of collective life, of flexibilization of the constraints to the exploitation of Labor by Capital and of generalized deregulation of the Market. Lost labor rights, structural unemployment, biographical instability, and narcissistic consumerism pair the trajectory of the atomized masses of multi-tasking, proactive workers, eternally occupied and engaged in full-time mode. We conclude, therefore, that free time, always inscribed in ideological coercion, is now shattered before a society of performance and fatigue, which does not sleep and is eternally occupied.

KEYWORDS: Work. Free time. Leisure activities. Ideology.

Introdução

Neste ensaio teórico revisitamos e discutimos uma problemática básica presente na confluência entre as sociologias do lazer e do trabalho. Esta problemática que aqui revisitamos parte da premissa de que na fase atual do capitalismo global informacional plataformizado (SLEE, 2017), de curto prazo (SENNETT, 2015) e de consumo alienado (BAUMAN, 2001) não podemos isolar as esferas do tempo social do cotidiano lúdico (de não obrigação formal) do tempo social do trabalho (tempo formal ocupado).

Historicamente os estudos do lazer se fundaram na distinção conceitual entre um tempo livre das obrigações cotidianas (liberado das obrigações profissionais, familiares, fisiológicas, religiosas, estudantis etc.), e um tempo ocupado e empregado na efetivação

da reprodução objetiva e subjetiva do sujeito (fundamentalmente o trabalho). Grosso modo, teríamos nesta divisão analítica, pretensamente representativa do fenômeno social, um tempo de lazer e um tempo de trabalho.

No Brasil, a relevante e crítica distinção pontuada por Marcellino (2021) sobre os aspectos “tempo” e “atitude” no lazer, considerando indissociavelmente o tempo liberado das obrigações e uma atitude lúdica e prazerosa aí vivenciada, desde os anos 1990 alicerça o campo dos estudos do lazer quase sempre partindo dessa dicotomia ideal entre liberdade (pretensa felicidade) fora do trabalho e coerção e ocupação no trabalho. Esta distinção já estava posta em Dumazedier (1973) ao partir do entendimento do lazer como uma atividade de livre escolha, não obrigatória. Essas perspectivas não desconsideram as relações do lazer com os demais tempos sociais, todavia as influências e interpenetrações são colocadas de forma residual e presas a um otimismo emancipador do sujeito no tempo livre das amarras do trabalho. Este é o objetivo geral deste escrito: discutir a impossibilidade teórica e epistêmica presente na distinção entre um tempo livre e um tempo não-livre diante da expansão de uma sociedade da performance e do cansaço, que não dorme e que está eternamente ocupada.

As perspectivas críticas, sobretudo marxistas, já partem desta problemática: de que os tempos sociais do trabalho, da família, da religião, do estudo, do lazer e da cultura em geral estão estruturalmente ligados e condicionados pelo modo de produção vigente. Não obstante, no geral ainda predomina a separação dos tempos de obrigação e de não obrigação, tornando a compreensão estrutural do cotidiano refém de um binarismo pouco eficaz do ponto de vista teórico.

Nesse sentido, portanto, argumentamos que o atual desenvolvimento social e cultural do Capitalismo global em regime informacional de acumulação flexível estruturalmente dissolve as possibilidades de consolidação de uma cultura do tempo

livre *de facto* dissociada do trabalho. Eis o que aqui iremos expor e problematizar neste ensaio teórico.

Estratégias de Reprodução do Capital e de Regulação do *Tempo de Trabalho*

Apesar de partirmos desta taxinomia dos tempos sociais de trabalho e de não trabalho, é salutar destacar que essa separação teve seu auge empírico de legitimação – no modo de produção capitalista – durante as fases fordista e keynesiana de reprodução do Estado capitalista. Historicamente expresso nas experiências de organização socioeconômica e sociopolítica que marcaram a cultura ocidental do pós-guerra (de 1945 em diante), essa forma de capitalismo, ainda que tivesse que considerar a oposição militante do extinto Bloco Comunista, logrou em instituir todo um sistema de acomodações internas e externas que expandia globalmente os ciclos de acumulação de sobrevalor em forma de tecnologias e mercados de massa, ao passo que praticava a externalização de suas externalidades negativas mais desestabilizadoras, tais como a superexploração do Trabalho e a urbanização forçada em praticamente um ciclo geracional para as populações da periferia do Capitalismo. Então se tornou possível a refundação de uma Ordem Mundial sob a hegemonia do Capital estadunidense para a configuração liberal-democrática dos EUA e Europa e para a configuração liberal-autoritária de seus Estados vassalos, seus quintais de despacho mercadológico e suas territorialidades de produção mineral e agropecuária intensivas. Em termos de Trabalho e Lazer, tal arranjo de instituições conformava uma agência individual crescentemente individualizada, cuja tonante identitária era a profissionalização no mundo da produção fabril, burocrática e científica, por um lado; e o consumo dos plásticos e enlatados, de informações e imagens fixas e em movimento (SONTAG, 2004) em rádio, Cinema e TV, sem esquecer, é claro, da sonhada carroça motorizada que expandiu os horizontes lúdicos e de lazer das classes médias emergentes.

Nessa fase, havia toda uma lógica mecanizada, parcelar, fragmentada, desengajada e atomizada do trabalhador, cuja coerência interna – ainda não fundamentalmente desestabilizada pelas percepções das desigualdades sociais em termos de raça e etnia, gênero e geração – permitia que o sujeito mantivesse um *tempo ruim* no trabalho e um *tempo de descanso e prazer* em casa ou mesmo na rua. A metáfora da monstruosa fábrica taylorista/fordista, de onde partiam as reflexões reformista, cristã e social-democrata para um *capitalismo mais humano e bem administrado*, figurou bem como exemplo desta separação. Além disso, durante o Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social (Estado de Providência), os níveis de desemprego eram baixos em razão das perdas humanas e materiais provocadas pelas Grandes Guerras (devoradoras de imensos exércitos industriais de reserva), o que permitia uma concorrência menor nos mercados de trabalho (menores índices de desemprego). No mais, o Estado organizava a reprodução de uma parte significativa das necessidades vitais dos indivíduos e suas famílias (a Previdência, a Saúde Pública, a Educação Pública etc.), fato que implicava em maior tempo livre do trabalho, em mais segurança material e simbólica frente às contingências da vida (o desemprego, o adoecimento, a maternidade/paternidade, a velhice e a morte) e em mais capacidade real de consumo de manufaturados. Não sem razão o sociólogo alemão Ulrich Beck (2011) diagnosticava um efeito elevador (*Fahrstuhleffekt*) no cotidiano de praticamente todos os estratos populacionais à época vivendo no regime do capitalismo central ocidental.

Aqui não iremos rediscutir o que foi o fordismo, tampouco explorar sua fase toyotista subsequente. Não obstante, é com o toyotismo pós anos 1970 que todo aquele cenário de pretense bem-estar generalizado se altera de maneira drástica. O Capital, em sua fase de reestruturação flexível sob a égide neoliberal alavancada por Thatcher e Reagan, passa paulatinamente a exigir total engajamento objetivo e subjetivo do

trabalhador, que, diferentemente da fase fordista, agora precisa se doar de corpo e alma para as organizações. A ideia vendida é que o trabalhador precisa tornar-se um “capital humano”, segundo o clichê ideológico sustentado por Theodore Schultz (1961). Além disso, os mecanismos de refinamento da exploração do trabalho se tornam cada vez mais sofisticados, agregando camadas superpostas de dispositivos sociais, culturais, psicológicos e mesmo estéticos que vão massivamente flexibilizando, degradando, infoproletarizando e plataformizando o trabalho. Sobre o Estado, sua face neoliberal que sucede ao *Welfare State* assume uma forma muito mais perversa na medida em que Direitos Trabalhistas e Sociais são eliminados e os trabalhadores passam a viver o drama do desemprego estrutural de uma forma nunca antes vista. O sonho da máquina emancipadora se torna o pesadelo do trabalhador, desempregando e obrigando a mendigar por bicos em trabalhos informais, degradantes e altamente flexíveis toda uma geração anteriormente assegurada no posto de trabalho fabril para toda uma vida. O trabalhador, que na fase fordista se ocupava em um único emprego até sua aposentadoria, com a expansão toyotista passa a ser um multi-tarefa ansioso do porvir que fatalmente implica em adoecimento, velhice, morte e vergonha de sua condição de vulnerabilidade social, apesar de encontrar-se eternamente ocupado e envolvido com a necessidade de estar sempre empregado e produtivo.

Todas essas constelações de novidades no mundo do trabalho e fora dele têm um impacto direto no que ora discutimos como agonia conceitual e impossibilidade epistêmica do tempo livre. O tempo livre, que jamais foi livre coerção ideológica (ADORNO, 2002), agora é destroçado perante uma sociedade da performance do desempenho produtivo e consumista, bem como da performance da superação dos limites de corpo e mente, implicando em uma sociedade do cansaço (HAN, 2015), que não dorme (CRARY, 2016) e que está eternamente ocupada (STANDING, 2014).

Uma das consequências mais gerais deste impacto tem sido a enorme dependência da atual sociedade – consumista, individualista e narcísica – de psicoativos sintéticos para o entorpecimento e anestesia da mente e de ultraprocessados e transgênicos para a pseudo-nutrição do corpo que trabalha a produção e a construção cada vez mais estranhada de um mundo social opaco, nebuloso e imprevisível. Se no século XIX assistimos à popularização e massificação do café e do açúcar (MINTZ, 1985), e no século XX à inundação dos centros urbanos pela cocaína e derivados, testemunhamos nessa terceira década do século XXI a efervescência de novas drogas de laboratório pulverizando a inocência da infância em forma de *doces* e a saúde do trabalhador em forma de *cristsais*, bem como a gigantesca, multinacional e multibilionária indústria de fármacos legalizados para a preservação do corpo, da mente, do espírito, do humor e da libido do trabalhador em performance produtiva média.

Daí que os sujeitos nesta fase atual do capitalismo performático e de engajamento total estão eternamente ocupados em trabalhos precários, na busca por bicos ocupacionais, realizando cursos de especialização ou de aprendizado disto ou daquilo que venha a render dividendos na concorrência por situações de empregabilidade, ou seja, as subjetividades e seus horizontes morais-emotivos encontram-se fortemente imersas em uma lógica altamente ocupada e, portanto, regressiva do tempo livre, configurando-se como pessoas ansiosas e depressivas, melindrosas e melancólicas. Esta fase atual de configuração sociometabólica do Capital contradiz os engodos de uma sociedade do tempo livre ou de ócio criativo (DE MASI, 2000; COSTA; CÂMARA, 2018). A Sociedade do tempo livre ou do ócio criativo só existe na cabeça de gestores do capital ou de teóricos do engodo, refirmando a ideologia como propaganda do mundo (ADORNO, 2006).

Empiricamente, portanto, o que se atesta é justamente o oposto da ideologia narcísica, tão a gosto dos bajuladores do *American Way of Life*, de sucesso de uma sociedade do hiperconsumo como parque de diversões democrático: verifica-se uma massa crescente de trabalhadores desempregados ou eternamente subempregados em ocupações precárias, incertas, degradantes e altamente perversas para os sujeitos. O trabalhador tem sua subjetividade sequestrada (FARIA; MENEGHETTI 2007) e capturada (ALVES, 2008), seduzido pelo discurso de valorização do tempo da performance do dinheiro e da mercadoria, desvalorizando o tempo real da criatividade, do lúdico, da felicidade. Esta subjetividade entra em sua fase contábil (DARDOT; LAVAL, 2016), impondo aos sujeitos uma subjetividade neoliberal fundada no cálculo cotidiano cada vez mais mesquinho do ganhar, somar, multiplicar custos de oportunidade, custos transacionais, externalidades positivas e negativas. O lazer passa a ser visto ora como um tempo perigoso de desperdício, e portanto eivado de vergonha e de culpa, ora como um tempo incentivado pelo Mercado para um consumo alienado e planejado, especialmente tratando-se de bens materiais e simbólicos que agreguem sobrevalor à pessoa na forma de capital social, cultural, político e mesmo econômico.

O Tempo Livre Capturado

Beck (2011) argumenta, em sua leitura da crise do Welfare State na esteira de superação do modelo fordista e keynesiano de gestão do Capital, que a modernidade reflexiva da sociedade de risco estruturada cada vez mais no capitalismo informacional causou o desmoronamento do sistema interacional de coordenadas da antiga sociedade industrial, pautada na família tradicional e no trabalho fabril, na intervenção quantitativa sobre a Natureza e na Cultura de papéis sociais e trajetórias morais biograficamente estáveis. Ocorreu, assim, uma liberação, ou mesmo implosão, das antigas formas sociais

mais rígidas e visíveis, como as classes de produtores e de trabalhadores, os estratos de renda e prestígio, os papéis sexuais e de gênero e desejo, a família patriarcal pequeno-burguesa, entre outras. Para Beck, tal se deu em razão do impulso, por parte do Estado de Bem-Estar Social, à individualização, ainda que as desigualdades sociais tenham permanecido: os indivíduos foram lançados à construção reflexiva de suas biografias, impondo a emergência de modos e estilos de vida plurais e de projetos individuais em detrimento de projetos coletivos, o que implicou na proliferação de temporalidades sociais diversas.

O capitalismo administrado, nesse entendimento, minou as lutas de classes e ressignificou os problemas sistêmicos como fracasso individual ou como felicidade no mundo do consumo, capturando discursivamente o tempo social, outrora definido em Trabalho e Lazer, tornando-o cada vez mais como tempo de autocultivo e, posteriormente, de autoempredimento. O indivíduo, nessa perspectiva, é alçado à aparente unidade produtiva do social estruturado enquanto *mundo da vida* já capturado pelo *sistema* (HABERMAS, 1984), ou seja, torna-se apenas ideologicamente responsável pela sua biografia aparentemente autoconstruída (na ilusão do consumo e do tempo livre), pois cabe-lhe lidar com a privatização de riscos e tensões do arranjo coletivo de desemprego estrutural, de flexibilização do trabalho e de relacionamentos íntimos pautados em negociações destradicionalizadas e a prazo.

A destradicionalização do *mundo da vida* – com suas outrora válidas prerrogativas de ludicidade e de lazer agora desfeitas pela captura de suas temporalidades e espacialidades pelo sistema político-econômico de reprodução do Capital – significou a superação da antiga sociedade industrial, findada com a derrocada do Estado de Bem-Estar Social pela nova estruturação neoliberal de relações capitalistas: a dominação racional e burocrática, o ethos profissional, as classes sociais

bem marcadas, a comunidade mediada pelo mercado, bem como as tradições e estilos de vida tardo-estamentais que impunham papéis sexuais e de gênero bem definidos.

Beck (2011) interpreta nessa chave analítica – que aponta para a temporalidade moderna e tardo-moderna atualmente mais consolidada com seus modos de produzir, difundir e consumir um mundo-imagem, virtualizado e telânico, em tempo integral – a elevação do número de divórcios e a diminuição dos casamentos, a reestruturação do trabalho doméstico, a feminilização da Educação, a emergência de uma pluralidade de formas de organizar a vida íntima, os novos papéis sexuais e de gênero, enfim, a dissolução da família tradicional nuclear e das classes sociais baseadas no status e na distinção entre tempo de trabalho e tempo de lazer, tempo da casa e tempo da fábrica, tempo da intimidade e tempo da profissão.

Na esteira dessas mudanças, o uso intenso e incessante do aparato tecnológico *smartphone*, nesse sentido, proporciona a tecnologia básica de um tempo híbrido colonizado por mídias sociais e plataformas de conteúdo *on demand*, quando o sujeito, bombardeado por notícias, informações e assuntos de trabalho, “deveria” usufruir do seu tempo livre. Esse hibridismo de tempo livre culpado e de fato ocupado pela profusão de informações e vínculos on-line que caracterizam o mundo-imagem atual, naturaliza o sufocamento mental e a pressão por imediatismos para o cotidiano de indivíduos sociais engajados nas rodas totalizantes do Trabalho, ainda que estejam formalmente desempregados ou subempregados. O ritmo global de produção constante de novidades em espaço-tempo virtual infinito do mundo-imagem, com efeito, submerge a capacidade de processamento de informações do indivíduo atomizado a uma mera experiência blasé do mundo estranhado (SIMMEL, 1973).

A internet, nesse diapasão, destaca-se como estrutura e interação de humanos e não-humanos que transforma radicalmente a percepção do tempo, impondo um absurdo

presenteísmo em que tudo acontece em simultâneo, fazendo-nos produzir informações em modo instantâneo, na celeridade de clicks e links produzidos em interação anônima e virtual em uma cadeia de milhões de interactantes. Assim, o tempo de validade da informação foi reduzido ao próximo segundo. Essa transformação do tempo social de comunicação, reciprocidade e produção – difusão – consumo de bens materiais e simbólicos caracteriza a estrutura do capitalismo global informacional e, por conseguinte, implica na forma como percebemos o tempo e como nossa necessidade de resposta imediata influencia definitivamente a forma como usamos a mídia e o tempo “livre” em geral (PERINOTTO, 2013).

Uma das grandes mudanças dos últimos anos, com o advento das novas redes digitais e mídias sociais, aliada ao surgimento dos smartphones, é a forma como a internet mudou e vem moldando a cultura da sociedade no sentido de constituição de um tempo global informacional sempre ocupado e sedento de desempenho em torno de novidades efêmeras e autofágicas. Assim, passamos do modelo de consultar uma página na internet e ver o que ela tinha para oferecer para um modelo de informação em constante execução e que emerge de vários websites, aplicativos móveis e mídias sociais. Isso fez com que as pessoas aceitassem fazer várias coisas ao mesmo tempo. Perdemos, então, a capacidade de sermos pensadores atenciosos, de nos concentrarmos em nosso interior mental, de modo que a forma como a tecnologia evoluiu nos últimos anos tornou-se mais perturbadora, pois encoraja uma maneira de pensar com distrações e irrelevâncias nas informações e desencoraja o pensamento mais crítico.

As redes sociais digitais e as mídias digitais passaram a produzir “agoras” diferentes e não um único “agora” uniforme e coeso, um período em que tudo parece acontecer ao mesmo tempo. A possibilidade de ter uma comunicação instantânea e constante aliada à disponibilidade de informações de maneira veloz afeta a nossa

organização e percepção de tempo (PERINOTTO, 2013). A leitura de Benjamin (1987) nos ajuda a entender que essa temporalidade de um presente comprimido pelas necessidades da vida prática e desprovido de quaisquer fantasias a respeito do devir não é muito diferente do sufocante tempo estagnado que caracteriza os episódios de depressão. Do ponto de vista da dinâmica psíquica, talvez não haja diferença entre o tempo estagnado e o tempo comprimido: em ambos os casos, o empobrecimento do trabalho psíquico faz com que os estímulos recebidos pelo sistema percepção-consciência se pareçam com pequenos traumas, soltos da rede de representações que confere valor e sentido (imaginário) à vida.

A naturalização da experiência de vida como uma narrativa de trauma, com efeito, aponta para esse amplo processo de individualização de que nos fala Beck (2011) e que redundava em biografias aparentemente autoconstruídas marcadas por uma história de eterno presente, ou seja, o horizonte temporal de percepção da vida se estreita e tudo gira em torno da construção autorreflexiva de um EU narcísico, tão fantástico quanto desencantado, e ultra dependente de situações de Mercado para o auto-cultivo consumista de si em um tempo livre cheio de ocupações (portanto, não livre). Se, na sociedade industrial da primeira modernidade até os momentos finais do Keynesianismo e do Fordismo, o Trabalho e a Família eram os polos que organizavam a vida individual e coletiva, na modernidade tardia ou reflexiva do Neoliberalismo e do Toyotismo o Trabalho e a Família se tornam incertos quanto ao espaço, ao tempo e sob que contrato coletivo mais amplo e vinculante devem ocorrer, de modo que Trabalho e Não Trabalho, Ocupação e Lazer, Obrigação Produtiva e Descanso Restaurado, Tempo de Casa e Tempo de Fábrica, entre tantas outras marcações e distinções, inclusive as de cunho ontológico e epistêmico, como Público e Privado, Eu e Nós, passam por amplos processos de desestabilização, quando, no mais das vezes, sequer fazem mais sentido,

configurando mesmo uma situação de agonia conceitual e de impossibilidade epistêmica.

Considerações Finais

Aqui não negamos a importância interpretativa dos tempos sociais dicotomizados em Trabalho e Lazer. Como tipo ideal weberiano é válido esse exercício imaginativo de construção do real a partir de categorias racionais. Todavia, cada vez mais será difícil – com o refinamento da expansão capitalista – imaginar um tempo livre sem o rompimento com a lógica do capital e com a sociedade fundada no mercado (PADILHA, 2010). Vale lembrar que não queremos dizer que as atividades vivenciadas no trabalho sejam atividades de lazer, tampouco que o tempo de lazer deva ser ocupado com trabalho. Mas, e isso é o núcleo duro que precisamos relembrar, para a grande massa alienada e subocupada será cada vez mais difícil determinar os limites de um *verdadeiro tempo livre* (na verdade é mais uma utopia humanista ou mesmo um privilégio de parte das classes dominantes). Atualmente, com a experiência global de pandemia da Covid-19 e da massificação do *home office*, o borramento das fronteiras entre Trabalho e Não Trabalho se tornou extremo, dificultando ainda mais a separação do que é Casa e Trabalho e do que é Tempo de Trabalho e Tempo de Lazer.

Assim, a expansão toyotista e neoliberal assumiu uma forma extremamente perversa, conjugando uma agenda sistemática de privatização das instâncias de socialização das tensões e contingências da vida coletiva, de flexibilização dos constrangimentos, de exploração do Trabalho pelo Capital e de desregulação generalizada do Mercado. Direitos Trabalhistas perdidos, desemprego estrutural, instabilidade biográfica e consumismo narcísico parelham a trajetória das massas atomizadas de trabalhadores multi-tarefeiros e proativos, eternamente ocupados e

envolvidos em modo *full-time*, inclusive no turbilhão digital das redes sociais, com a produção de bens cada vez mais fugazes: as imagens-produto dos mercados globalizados de bytes. O tempo livre, sempre inscrito em coerção ideológica, agora é destruído perante uma sociedade da performance e do cansaço, que não dorme e que está eternamente ocupada.

Assim, pontuamos algumas questões. Como pensar metodologicamente na divisão entre um tempo livre e um tempo não livre, quando o lazer é negligenciado nesta subjetivação neoliberal e quando o tempo supostamente livre passa a ser preenchido cada vez mais com ocupações profissionais ou de consumo interessado na aquisição de sobrevalor? Como insistir em uma divisão epistêmica entre tempo livre e tempo de trabalho se vivemos uma sociedade do desemprego estrutural combinado com a performance do desempenho em todas as esferas da vida? Como reafirmar tempos sociais separados se cada vez mais o capitalismo plataformizado invade os lares e impõe o *home office* e o teletrabalho, em uma paródia daquilo que Habermas (1984) apontava como a colonização sistemática do mundo da vida pelo sistema? Como pensar em um tempo livre autônomo e feliz se as denominadas sociedades do cansaço impõem mais ansiedade, mais frustração e fracasso, mais culpa e vergonha, mais tristeza e isolamento, mais alienação e falsa sensação de bem-estar? Eis o que aqui esboçamos como provocação teórica e como agenda para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Tempo livre. In: ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ALVES, G. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n. 2, p. 223-239, 2008.

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- BECK, U. **Sociedade de Risco**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, J. H., & CÂMARA, H. M. da S. A impossibilidade estrutural do 'ócio criativo' sob a acumulação flexível do capital: estudo crítico da obra de Domenico de Masi. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v.4, n.3, p.154–171, 2018.
- CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FARIA, J. H.; & MENEGHETTI, F. K. O Sequestro da Subjetividade. *In*: FARIA, J. H. (org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MARCELLINO, N. **Estudos do lazer: uma introdução**. 5. ed. Campinas, Autores Associados, 2021.
- MINTZ, S. W. **Sweetness and Power: the place of sugar in Modern History**. New York: Viking-Penguin, 1985.
- PADILHA, V. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 549-563, 2010.
- PERINOTTO, A. R. C. Investigando a comunicação turística de Parnaíba/PI-Brasil: Internet e redes sociais, descrição e análise. **Turydes: revista de investigación en turismo y desarrollo local**, v. 6, n. 15, 2013.
- SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, 1961.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SONTAG, S. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Endereço dos Autores:

Jean Henrique Costa
Endereço Eletrônico: prof.jeanhenriqucosta@gmail.com

Raoni Borges Barbosa
Endereço Eletrônico: raoniborgesb@gmail.com

André Riani Costa Perinotto
Endereço Eletrônico: perinotto@ufpi.edu.br